

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW, uma potência assegurada de 823,3MW e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3).

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877,660MW/h/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão resarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$8,233, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$70.890 (R\$76.802 em 31 de dezembro de 2022). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza monetária que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 31.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução do valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 26); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Alugueis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Provisões fiscais e cíveis (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 31.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;

• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;

• As das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e

• Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização de energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2023 89% (89% em 2022) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessões (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirão novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma. **Correlação IASB** IAS 8 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2023 **Data da vigência**

Norma Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). **Correlação IASB** IAS 1 / IFRS 2 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2023 **Data da vigência**

Norma As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. **Correlação IASB** IAS 12 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2023 **Data da vigência**

Norma Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. **Correlação IASB** IFRS 17 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2023 **Data da vigência**

Norma Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **Correlação IASB** IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7/ IAS 26 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2023 **Data da vigência**

Norma Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. **Correlação IASB** IAS 7 / IAS 16/ IAS 23/ IAS 33 **Descrição da alteração** Pronunciamento 04/08/2023 **Data da vigência**

Norma OCPC 07 (R1) - Evidencião na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros para Fins Gerais **Correlação IASB** N/A **Descrição da alteração** Orientação 04/08/2023 **Data da vigência**

Norma Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações da Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores. **Correlação IASB** IAS 7 / IAS 12/ IFRS 7 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/12/2023 **Data da vigência**

Norma Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants a Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda a Retorno (leasing). **Correlação IASB** IAS 1 / IFRS 16 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2024 **Data da vigência**

Norma CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis **Correlação IASB** IAS 21 **Descrição da alteração** Pronunciamento 01/01/2025 **Data da vigência**

| Norma | Descrição da alteração | Correlação IASB | Natureza | Data da vigência |
|---|--|--------------------------------|----------------|------------------|
| Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 40 (R1), CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 21, CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50 | Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. | IAS 7 / IAS 16/ IAS 23/ IAS 33 | Pronunciamento | 04/08/2023 |

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Consolidado | | | | | |
|--|--------------------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------|---------------------|
| | Saldo em Nota 31/12/2022 | Atualização monetária Adição | Adiantamentos / Pagamentos | Compensação de tributos | Transf- rência | Saldo em 31/12/2023 |
| Ativos compensáveis | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 8.1 424 | - 321 | 49.716 | (5) (44.315) | 6.141 | |
| Total Circulante | 424 | - 321 | 49.716 | (5) (44.315) | 6.141 | |
| Outros tributos compensáveis | | | | (5) | | |
| ICMS | - 5 | | | | | |
| PIS e COFINS | 1.007 28.899 | 853 | | (24.734) 6.015 | | |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 3.683 9.212 | | | (5.677) 7.218 | | |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 5.270 5.038 | | | (5.270) 5.038 | | |
| Outros | 25 | | | | 25 | |
| Total Circulante | 9.985 43.144 | 853 | (5) | - (35.681) 18.296 | | |
| Passivos a recolher | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 110.780 183.092 | | (110.511) | (55.265) 128.096 | | |
| Total Circulante | 110.780 183.092 | | (110.511) | (55.265) 128.096 | | |
| Outros tributos a recolher | | | | | | |
| ICMS | 160 534 | | (678) | (12) 4 | | |
| PIS e COFINS | 9.658 104.597 | | (79.703) | (5) (24.735) 9.812 | | |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 230 1.647 | | (1.740) | 137 | | |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 8.2 13.975 13.778 | | (13.980) | 5 13.778 | | |
| Encargos com pessoal | 437 4.297 | | (4.314) | 11 431 | | |
| Total Circulante | 24.460 124.853 | | (100.415) | (5) (24.731) 24.162 | | |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$3.167 (R\$424 em 31 de dezembro de 2022) refere-se substancialmente aos créditos de exercícios anteriores.

8.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refer-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 5.097 são relativos aos JSCPs deliberados no exercício de 2023, que será integralmente liquido em janeiro de 2024.

9 Tributos diferidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------|--------------|----------------|-------------|----------------|
| | Passivo | Não circulante | Passivo | Não circulante |
| Nota 31/12/2023 | 1 | 26 | 19 | |
| 9.1 25.261 | 28.597 | 51.352 | 44.549 | |
| Total | 25.262 | 28.597 | 51.378 | 44.568 |

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 19) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 7 e 21), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

| | Relacionamento | Preço praticado (R\$/MWh) | Duração | Controladora | | | | | | | |
|---|--------------------------|---------------------------|-------------------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|---------------------|
| | | | | Ativo Circulante | Passivo |
| Concessionárias (Nota 5) | | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Suprimento de energia elétrica | | | | | | | | | | | |
| EDP São Paulo | Controle comum | 304,24 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 3 | 3 | | | | | | 31 29 |
| EDP São Paulo | Controle comum | 306,89 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 18 | 16 | | | | | | 144 134 |
| EDP São Paulo | Controle comum | 271,71 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 57 | 51 | | | | | | 468 439 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/03/2021 a 31/12/2024 | 9.645 | 9.513 | | | | | | 120.833 119.908 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/01/2022 a 31/01/2022 | | | | | | | | 6.917 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/02/2022 a 28/02/2022 | | | | | | | | 1.781 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/03/2022 a 31/03/2022 | | | | | | | | 2.430 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/04/2022 a 30/04/2022 | | | | | | | | 2.441 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/05/2022 a 31/05/2022 | | | | | | | | 9.660 |
| EDP Trading | Controle comum | 271,71 | 01/06/2022 a 31/12/2022 | | | | | | | | 2.502 |
| EDP Espírito Santo | Controle comum | 302,76 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 6 | 5 | | | | | | 67 29 |
| EDP Espírito Santo | Controle comum | 305,39 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 14 | 9 | | | | | | 121 134 |
| EDP Espírito Santo | Controle comum | 284,40 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 47 | 42 | | | | | | 395 378 |
| | | | | 9.790 | 12.141 | | | | | | 122.059 146.782 |
| Fornecedores (Nota 19) | | | | | | | | | | | |
| Arrendamento UHE Lajeado | Investco | Controlada direta | 15/01/1998 a 15/01/2033 | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controlada direta | | | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | | | | | | | | | | |
| EDP Trading | Controle comum | | 01/01/2022 a 31/12/2022 | | | | | | | | 5.185 |
| Uso do sistema de transmissão | | | | | | | | | | | |
| Mata Grande Transmissora | Controle comum | | 01/11/2001 a 31/01/2033 | | | | | | | | 2 1 |
| EDP Transmissão Aliança | Controle comum | | 04/01/2020 a 31/01/2033 | | | | | | | | (477) (8) |
| EDP Transmissão Litoral Sul | Controle comum | | 04/01/2020 a 31/01/2033 | | | | | | | | 5 5 |
| EDP Transmissão SP-MG | Controle comum | | 01/01/2021 a 31/01/2033 | | | | | | | | 56 64 |
| EDP Goiás | Controle comum | | 01/11/2001 a 01/01/2033 | | | | | | | | 28 23 |
| | | | | | | | | | | | 143 5.331 |
| Outras contas a pagar (Nota 15) | | | | | | | | | | | |
| Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a) | EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2019 a 31/12/2027 | | | | | | | | 276 (2.356) (2.067) |
| Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b) | EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2015 a 31/12/2026 | | | | | | | | 12 (260) (225) |
| Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c) | EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2019 a 31/12/2023 | | | | | | | | 3 3 (3) (6) |
| | | | | 9.790 | 12.141 | 12.560 | 19.437 | | | | 141 (898) (771) |
| Concessionárias (Nota 5) | | | | | | | | | | | |
| Venda de energia elétrica | | | | | | | | | | | |
| EDP São Paulo | Controle comum | 304,24 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 3 | 3 | | | | | | 31 29 |
| EDP São Paulo | Controle comum | 306,89 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 18 | 16 | | | | | | 144 134 |
| EDP São Paulo | Controle comum | 271,71 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 57 | 51 | | | | | | 468 439 |
| EDP São Paulo | Controle com | | | | | | | | | | |

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Consolidado | | | | | | 31/12/2023 |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2022 | Dividendos | Adicionais | JSCP | Partes beneficiárias | Pagamentos | |
| Passivo | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | 47.392 | 39.643 | 96.136 | 13.553 | (143.528) | 53.196 | |
| CEB Lajeado | 7.980 | 8.859 | 7.627 | | (16.839) | 7.627 | |
| Paulista Lajeado Energia | 2.794 | 3.100 | 2.670 | | (5.894) | 2.670 | |
| Eletrobras | 151.960 | 121.524 | 14.349 | 34.889 | (151.960) | 170.762 | |
| Acionistas não controladores (*) | 2.812 | 5 | 5 | | | 2.817 | |
| Governo do Tocantins | 3.451 | 2.886 | 7.000 | 986 | (10.451) | 3.872 | |
| | 216.389 | 164.053 | 115.095 | 39.190 | 34.889 | (328.672) | 240.944 |

(*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.817 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Cauções e depósitos vinculados

| | Controlada | | | | | | 31/12/2023 | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|-------------|------------|--------------|------------|-------------|-------------|--------------|
| | Nota | 31/12/2022 | Adição | Atualização | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Adição | Atualização | Resgate | 31/12/2023 |
| Depósitos judiciais | 24 | 257 | 301 | 15 | 573 | 1.807 | 441 | 148 | (19) | 2.377 |
| Total Não Circulante | | 257 | 301 | 15 | 573 | 1.807 | 441 | 148 | (19) | 2.377 |

13 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$14.183 (R\$16.885 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$14.435 (R\$17.185 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.702 (R\$2.702 em 2022) e no Consolidado de R\$2.750 (R\$2.750 em 2022).

14 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.275 (R\$7.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 17) pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$991 (R\$922 em 31 de dezembro de 2022).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

| | Controlada | | | | | | 31/12/2023 |
|---|--------------|----------------|------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | 31/12/2022 | 31/12/2023 | |
| Outros créditos - Ativo | | | | | | | |
| Serviços em curso | 3.576 | | 3.729 | 64 | 482 | 528 | |
| Depósitos judiciais | | 573 | 257 | | 2.377 | 1.807 | |
| Outros | 61 | 48 | 113 | 3 | 737 | 919 | 113 |
| Total | 3.637 | 48 | 686 | 260 | 4.466 | 983 | 2.972 |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 10 | | 432 | | 286 | 921 | |
| Arendamentos e alugueis | 128 | 143 | 664 | 793 | 344 | 341 | 1.551 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 170 | 166 | | | 2.934 | 2.759 | |
| Encargos Setoriais | 15.1 | 5.641 | 4.542 | | 5.687 | 4.605 | |
| Outros | 15 | 15 | 1 | | 510 | 498 | 1 |
| Total | 5.954 | 4.866 | 664 | 1.226 | 9.475 | 8.203 | 2.468 |

15.1 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | Consolidado | | | | | | 31/12/2023 |
|---|-------------|--------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|------------|
| | Nota | 31/12/2022 | Saldo em | Atualização | Monetária | 31/12/2023 | |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 15.2 | 895 | 7.203 | (319) | (4.535) | 3.244 | |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH | | 3.522 | 14.874 | | (16.161) | 2.235 | |
| Outros encargos | | 188 | 2.506 | | (2.486) | 208 | |
| Total Circulante | | 4.605 | 24.583 | (319) | (23.182) | 5.687 | |

15.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refer-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

16 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

| | Controladora | | | | | | 31/12/2022 |
|----------------------|----------------|---------------|-----------------|--------------|--------------------------------|---------------------------------------|------------|
| | Nota | 31/12/2022 | Saldo em | Amortizações | Dividendos / Outros resultados | Outros resultados / Outros resultados | |
| Investimentos | | | | | | | |
| Investco | 706.897 | 66.584 | (65.089) | 28 | 708.420 | 73 | 73 |
| Direito de Concessão | 16.1.1 | 287.235 | (28.722) | | 258.513 | | |
| Total | 994.132 | 66.584 | (65.089) | 28 | 966.933 | 73 | 73 |

16.1.1 Direito de Concessão

Refer-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICP-09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 18).

16.2 Participação direta do investimento

| | Investco | | | | | | 31/12/2022 |
|----------------------|----------|------------|----------|--------------|--------------------------------|---------------------------------------|------------|
| | Nota | 31/12/2022 | Saldo em | Amortizações | Dividendos / Outros resultados | Outros resultados / Outros resultados | |
| Investco - Atributos | | | | | | | |
| Ordinárias | | 293.608 | 293.608 | 197.007 | | | |
| | | | | | | | |

...continuação

Lojado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures

20.1 Composição do saldo de Debêntures

| Agente fiduciário | Tipo de emissão | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Controladora e Consolidado | | | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|----------------|-------------|--------------------------|-------------------------|--|------------------|--|-----------|----------|------------|----------|-----------|---------|
| | | | | | | | | | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | | |
| | | | | | | | | | Encargos | Principal | Encargos | Principal | Encargos | Principal | |
| Moeda Nacional | | | | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos de emissão | | | | (608) | | 21/06/2021 a 17/06/2024 | | | | | | | | | |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrumento CVM nº 160/22 | 150.000 | 1 | 150.000 | 5ª emissão em 21/06/2021 | 21/06/2021 a 17/06/2024 | Capital de Giro de Refinanciamento da Dívida | CDI + 1,05% a.a. | Principal em parcela única no vencimento e juros semestral | 2.689 | 150.000 | 152.689 | 901 | 150.000 | 150.901 |
| (-) Custos de emissão | | | | (631) | | 05/05/2022 a 05/05/2025 | | | | | | | | | |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrumento CVM nº 160/22 | 200.000 | 1 | 200.000 | 6ª emissão em 05/05/2022 | 05/05/2022 a 05/05/2025 | Capital de Giro de Refinanciamento da Dívida | CDI + 1,45% a.a. | Principal em parcela única no vencimento e juros semestral | 1.749 | 200.000 | 201.749 | 4.327 | 200.000 | 204.327 |
| Total geral | | | | | | | | | | | | | | | |

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

| | Controladora e Consolidado | | | | |
|-----------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|------------|
| | Valor líquido em 31/12/2022 | Juros provisionados | Amortização do custo de transação | Transferências | Pagamentos |
| Circulante | | | | | |
| Debêntures | | | | | |
| Principal | - | | 150.000 | | 150.000 |
| Juros | 5.228 | 49.017 | | (49.807) | 4.438 |
| Custo de transação | - | | 401 | (500) | (99) |
| | 5.228 | 49.017 | 401 | 149.500 | 154.339 |
| Não circulante | | | | | |
| Debêntures | | | | | |
| Principal | 350.000 | | (150.000) | | 200.000 |
| Custo de transação | (790) | | 500 | (290) | |
| | 349.210 | | - | (149.500) | 199.710 |

20.3 Vencimento das parcelas

| | Controladora e Consolidado | | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|---------|--|---------|
| | Vencimento | | | | |
| Circulante | | | | | |
| 2024 | | | | | |
| | | | 154.039 | | 154.339 |
| Não circulante | | | | | |
| 2025 | | | 199.710 | | 199.710 |
| Total | | | 354.049 | | |

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou a remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de autofalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora proponer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encapachão, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigitibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
 - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nessa Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação aquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
 - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
 - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
 - Específicas para a 6ª emissão:
 - (i) de capital, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigitibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2023 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Característica | Forma de pagamento | Consolidado | | |
|----------------|--------------------|-------------|------------|--|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | |
| | | | | |
| | | Encargos | Principal | |

| Moeda nacional | Contratos de Múltuo | Principal e juros com parcela única ao final do contrato | Consolidado | | |
|----------------|---------------------|--|-------------|------------|----------------|
| | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | |
| | | | | | |
| | | | 10.393 | 32.231 | 54.621 97.245 |
| | | | 10.879 | 29.310 | 62.768 102.957 |

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor da sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgat

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.1.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$968 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2022).

24.2 Licenças ambientais

Referem-se as provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mas especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisão, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97, por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$14.276 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Consolidado

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Pagamentos | Atualização monetária | Transferências | AVP | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------|---------------------|---------|------------|-----------------------|----------------|-----|---------------------|
| Circulante | 6.434 | 3.698 | (7.602) | 360 | 2.077 | 444 | 5.411 |
| Não circulante | 1.991 | 10.578 | - | 86 | (2.077) | - | 10.578 |
| Total | 8.425 | 14.276 | (7.602) | 446 | - | 444 | 15.989 |

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.866.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatadas ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

| | Quantidade de % Partici- pação "ON" | Quantidade de % Partici- pação "PNA" | Quantidade de % Partici- pação "PNB" | Quantidade Total % Participação |
|---|--|---|---|---------------------------------|
| EDP - Energias do Brasil | 113.690.037 100,00% | | | 113.690.037 55,86% |
| Governo do Estado de Tocantins | | 8.278.231 100,00% | 8.278.231 | 4,07% |
| Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras | 81.549.616 100,00% | | 81.549.616 | 40,07% |
| Outros | 4 0,00% | 4 0,00% | 8 | 0,00% |
| Total | 113.690.041 100,00% | 81.549.620 100,00% | 8.278.231 100,00% | 203.517.892 100,00% |

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

25.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não exceder 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Nota 31/12/2023 31/12/2022

Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

348.890 310.826

Total

348.890 310.826

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

11 33.985 32.583

Dividendos complementares

11 115.963 144.025

Partes beneficiárias

25.3.1 34.889 31.082

Lucro do exercício a deliberar

25.3 164.053 103.136

Total

348.890 310.826

Dividendos por ação PNA - JSCP

0,10481 0,10481

Dividendos por ação PNB - JSCP

0,11738 0,11738

Dividendos por ação ON - JSCP

0,11738 0,11738

Dividendos intermediários PNA

0,37426 0,37426

Dividendos intermediários PNB

0,52046 0,52046

Dividendos intermediários ON

0,52046 0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

* prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e

* recebimento de dividendo adicional, quando o montante que o dividendo pago às ações ordinárias excede o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

25.3 Reservas

Nota 31/12/2023 31/12/2022

Reservas de capital

Partes beneficiárias

25.3.1 451.376 451.376

Ágio na incorporação de sociedade controladora

25.3.2 127.827 127.827

Total

579.203 579.203

Reservas de lucros

Legal

1.372 1.372

Lucro do exercício a deliberar

25.3.3 103.136

Total

580.575 683.711

25.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negocáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14. Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposito, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

25.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 18.1.3.1).

25.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberado em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituida conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$103.136 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 28 de abril de 2023.

25.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social deferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

Controladora

Saldo em 31/12/2022

Equivalência patrimonial

470 28 498

Saldo em 31/12/2023

470 28 498

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigações de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

| | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
| | 2023 | 2022 |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | 503.862 | 445.262 |
| Aliquota | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL | (171.313) | (151.389) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | |
| Doações | | |
| Perdas inadmissíveis | | |
| Resultados de equivalência patrimonial | 22.639 | 27.391 |
| Juros sobre o capital próprio | 136 | (868) |
| Juros sobre as ações preferenciais | 2.673 | (9.047) |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos | (9.766) | (9.766) |
| Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores | 203 | 203 |
| Outras | (5) | (7) |
| Despesa de IRPJ e CSLL | (154.972) | (134.436) |
| Aliquota efetiva | 30,76% | 30,19% |
| | 33,82% | 32,71% |
| | | |

30 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antídiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| | Controladora e Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|----------------------------|-------------------------------|---------|
| Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações: | | | |
| Ordinárias (ON) | 163.680 | 145.822 | |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 173.292 | 154.386 | |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 11.918 | 10.618 | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 348.890 | 310.826 | |
| Ordinárias (ON) | 113.690 | 113.689 | |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 81.550 | 81.550 | |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 8.278 | 8.278 | |
| Resultado básico e diluído por ação (reais/ações) | 203.518 | 203.517 | |
| Ordinárias (ON) | 1.43971 | 1.28264 | |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 2.12498 | 1.89315 | |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 1.43971 | 1.28264 | |
| Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41: | | | |
| Resultado por classe de ações (sem ajustes) | Ajustes | Resultado por classe de ações | |
| 2022 | | | |
| Ordinárias (ON) | 173.635 | (27.813) | 145.822 |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 124.548 | 29.838 | 154.386 |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 12.643 | (2.025) | 10.618 |
| | 310.826 | - | 310.826 |
| 2023 | | | |
| Ordinárias (ON) | 194.898 | (31.218) | 163.680 |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 139.801 | 33.491 | 173.292 |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 14.191 | (2.273) | 11.918 |
| | 348.890 | - | 348.890 |

31 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

31.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação direitamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expiram.

31.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

| | Controladora | Nota | Níveis | Valor justo | Valor contábil |
|---|--------------|---------|---------|-------------|----------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| No reconhecimento inicial ou subsequentemente | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | Nível 2 | 184.247 | 92.297 | 184.247 |
| Aplicações financeiras | | | | 184.247 | 92.297 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | Nível 2 | 1.124 | 1.613 | 1.124 |
| Bancos conta movimento | | | | 8.894 | 8.876 |
| Títulos a receber | 6 | Nível 2 | 75.864 | 74.115 | 75.864 |
| Concessionárias | 5 | Nível 2 | 85.572 | 64.604 | 85.372 |
| | | | | 269.619 | 176.901 |
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores | 19 | Nível 2 | 22.253 | 28.186 | 22.253 |
| Debêntures | 20 | Nível 2 | 355.451 | 355.495 | 354.049 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 10 | Nível 2 | 432 | 432 | 432 |
| Arrendamentos e aluguelés | 2 | Nível 2 | 780 | 958 | 792 |
| | | | | 378.484 | 385.051 |
| Ativos Financeiros | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| No reconhecimento inicial ou subsequentemente | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | Nível 2 | 440.632 | 326.107 | 440.632 |
| Aplicações financeiras | | | | 440.632 | 326.107 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | Nível 2 | 2.741 | 23.547 | 2.741 |
| Bancos conta movimento | | | | 3.402 | 5.217 |
| Títulos a receber | 5 | Nível 2 | 76.793 | 75.232 | 76.793 |
| Concessionárias | 7 | Nível 2 | 1.302 | 5.217 | 1.302 |
| Rendas a receber | | | | 82.936 | 103.996 |
| | | | | 523.568 | 430.103 |
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores | 19 | Nível 2 | 12.733 | 20.146 | 12.733 |
| Debêntures | 20 | Nível 2 | 355.451 | 355.495 | 354.049 |
| Uso do bem público | 23 | Nível 2 | 63.257 | 71.042 | 70.890 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 21 | Nível 2 | 89.683 | 100.960 | 102.957 |
| Moeda nacional | | | | 296 | 921 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 10 | Nível 2 | 18.566 | 15.986 | 8.425 |
| Licenças ambientais | 24.2 | Nível 2 | 1.869 | 1.953 | 1.885 |
| Arrendamentos e aluguelés | | | | 541.845 | 561.103 |
| | | | | 553.087 | 565.575 |

31.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

31.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

31.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como desconto o Dépósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

31.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

31.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

Total dos empréstimos e debêntures

(-) Caixa e equivalentes de caixa

Divida líquida

Total do Patrimônio líquido

Total do capital

Índice de alavancagem financeira - %

32 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

32.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

| 2023 | | | | | | |
|--|--------------------------|-------------------|-------------|---------------------------|----------------|-------|
| Controladora | | | Consolidado | | | |
| Saldo em | Efeito | Ajuste a valor | Adições/ | Saldo em | | |
| Nota 31/12/2022 | caixa | presente | baixas | Outros | 31/12/2023 | |
| (Aumento) diminuição de ativos de financiamento | | | | | | |
| Titulos a receber e empréstimos a receber | 8.876 | (1.724) | | 1.232 | 8.384 | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | 8.876 | (1.724) | - | 1.232 | - | 8.384 |
| Dividendos | 11 | 202.803 (305.939) | | 296.077 34.889 | 227.830 | |
| Debêntures | 20 | 354.438 (49.807) | | 49.418 | 354.049 | |
| Arrendamentos e alugueis | | 936 (292) | | 148 | 792 | |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento) | 558.177 (356.038) | | | 148 345.495 34.889 | 582.671 | |
| | 549.301 (354.314) | | | 148 344.263 34.889 | 574.287 | |

| 2022 | | | | | | |
|--|--------------------------|----------------|-------------|---------------------------|----------------|-------|
| Controladora | | | Consolidado | | | |
| Saldo em | Efeito | Ajuste a valor | Adições/ | Saldo em | | |
| Nota 31/12/2021 | caixa | presente | baixas | Outros | 30/09/2022 | |
| (Aumento) diminuição de ativos de financiamento | | | | | | |
| Titulos a receber e empréstimos a receber | 8.181 | (433) | | 1.128 | 8.876 | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | 8.181 | (433) | - | 1.128 | - | 8.876 |
| Dividendos | 167.661 (279.647) | | | 283.707 31.082 | 202.803 | |
| Debêntures | 301.593 (4.083) | | | 56.928 | 354.438 | |
| Arrendamentos e alugueis | | 926 (139) | | 102 47 | 936 | |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento) | 470.180 (283.869) | | | 102 340.682 31.082 | 558.177 | |
| | 461.999 (283.436) | | | 102 339.554 31.082 | 549.301 | |

| 2023 | | | | | | |
|--|--------------------------|-------------------|--------------|--------------------------------|----------------|--|
| Consolidado | | | Controladora | | | |
| Saldo em | Efeito | Ajuste a valor | Adições/ | Saldo em | | |
| Nota 31/12/2022 | caixa | presente | baixas | Outros | 31/12/2023 | |
| (Aumento) diminuição de passivos financiamento | | | | | | |
| Dividendos | 11 | 216.389 (328.673) | | 318.339 34.889 | 240.944 | |
| Debêntures | 20 | 354.438 (49.807) | | 49.418 | 354.049 | |
| Empréstitos, financiamentos e encargos de dívidas | | 102.957 (25.396) | | 12.582 32.266 | 97.245 | |
| Arrendamentos e alugueis | | 1.886 (420) | | 193 236 | 1.895 | |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento) | 675.670 (404.296) | | | (12.389) 400.259 34.889 | 694.133 | |
| | 570.733 (297.560) | | | 7.922 363.493 31.082 | 675.670 | |

| 2022 | | | | | | |
|--|--------------------------|----------------|--------------|-----------------------------|----------------|--|
| Consolidado | | | Controladora | | | |
| Saldo em | Efeito | Ajuste a valor | Adições/ | Saldo em | | |
| Nota 31/12/2021 | caixa | presente | baixas | Outros | 30/09/2022 | |
| (Aumento) diminuição de passivos financiamento | | | | | | |
| Dividendos | 174.186 (285.512) | | | 296.633 31.082 | 216.389 | |
| Debêntures | 301.593 (4.083) | | | 56.928 | 354.438 | |
| Empréstitos, financiamentos e encargos de dívidas | | 92.561 (7.579) | | 7.688 10.287 | 102.957 | |
| Arrendamentos e alugueis | | 2.393 (386) | | 234 (355) | 1.886 | |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento) | 570.733 (297.560) | | | 7.922 363.493 31.082 | 675.670 | |

| 2023 | | | | | | |
|--|--------------------------|----------------|--------------|-----------------------------|----------------|--|
| Consolidado | | | Controladora | | | |
| Saldo em | Efeito | Ajuste a valor | Adições/ | Saldo em | | |
| Nota 31/12/2022 | caixa | presente | baixas | Outros | 30/09/2022 | |
| (Aumento) diminuição de passivos financiamento | | | | | | |
| Dividendos | 174.186 (285.512) | | | 296.633 31.082 | 216.389 | |
| Debêntures | 301.593 (4.083) | | | 56.928 | 354.438 | |
| Empréstitos, financiamentos e encargos de dívidas | | 92.561 (7.579) | | 7.688 10.287 | 102.957 | |
| Arrendamentos e alugueis | | 2.393 (386) | | 234 (355) | 1.886 | |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento) | 570.733 (297.560) | | | 7.922 363.493 31.082 | 675.670 | |

| 2022 | | | | |
|------|--|--|--|--|
|------|--|--|--|--|